



Educação Ambiental: Encontro Nacional das Secretarias Estaduais de Educação

28 a 30 de novembro de 2000 / Brasília – DF

Relatório Final

Ministério da Educação
Secretaria da Educação Fundamental
Departamento de Política da Educação Fundamental
Coordenação-Geral de Educação Ambiental



Secretaria da Educação Fundamental

Iara Areias Prado

Departamento de Política da Educação Fundamental

Walter K. Takemoto

Coordenação- Geral de Educação Ambiental

Lucila Pinsard Vianna

Assessoria

Patrícia Ramos Mendonça

Sônia Marina Muhringer

Equipe da COEA

Anna Lourdes Lima Vieira Tani

Ângela Martins

José Leitão de Albuquerque Filho

Regina Célia Ferreira de Oliveira

Consultores convidados

Ana Amélia Inoue

Antônia Terra

Sueli Ângelo Furlan

Apoio

Kátia Nóbrega Dutra

Paulo Costa

Estagiários

Andréia Almeida Bavaresco

Fábio Henrique de Souza Santana

Guilherme Carvalho da Silva

Juliana Almeida Noleto

Apresentação

A história da Educação Ambiental nasceu no âmbito do movimento ambientalista e, esta origem, definiu suas práticas. Nas escolas a EA é praticada com as características da educação não formal. Os sistemas de ensino não priorizam a educação ambiental e as políticas públicas, neste sentido, são muito frágeis. Muitas parcerias são feitas entre os sistemas de ensino e os órgãos do sistema de meio ambiente e/ou ONGs ambientalistas que, se por um lado trazem consigo meios para viabilizar os projetos, por outro definem as características destes projetos, os quais freqüentemente, são pontuais, não se integram ao projeto político-pedagógico das escolas e são desconectados do currículos.

Esta realidade, aliada a outras lacunas perceptíveis da EA nas escolas, tais como: professores que ainda não conhecem a temática/repertório sobre questões ambientais, a falta de pesquisa de informações disponíveis (o que é fundamental para quem trabalha temas atuais e em construção como os temas transversais) ; dificuldade de trabalhar o tema de forma integrada às diferentes áreas; descontinuidade dos projetos de educação ambiental; dificuldade de elaborar projetos educativos integrados e participativos; dificuldade de trabalhar coletivamente; sistema de ensino sem identidade com a questão ambiental. Estes fatores fizeram com que o MEC/SEF/COEA formulasse políticas públicas que propiciem a prática efetiva e regular da EA nas escolas, garantindo sua contribuição na formação do aluno como cidadão. O caminho a ser seguido é o fortalecimento da EA nos sistemas de ensino por meio de sua institucionalização e por meio da oferta do programa de desenvolvimento profissional em serviço: Programa Parâmetros em Ação de Meio Ambiente.

A Coordenação-Geral de Educação Ambiental do MEC – COEA, promoveu nos dias 27 a 29 de novembro de 2000 o evento *Educação Ambiental: Encontro Nacional das Secretarias Estaduais de Educação*. O encontro pretendeu retomar o diálogo entre o MEC e as SEDUCs em relação à EA, que havia sido interrompido desde 1998 quando houve a transferência da coordenação para a Secretaria do Ensino Fundamental - SEF. A COEA considerou este o momento adequado para retomar os contatos em função de já estar reestruturada (e portanto ter mais condições de atender as demandas) e de ter uma proposta a oferecer aos estados no que diz respeito à estratégia primordial para implantação da EA no ensino formal: a formação de professores. A política de formação continuada de educadores em EA, tanto das SEDUCs quanto do MEC, foram o foco do seminário. Além disso estamos num momento propício para o fortalecimento da EA no ensino formal, se considerarmos a promulgação da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA - que tem um capítulo inteiro dedicado à EA no ensino formal), seu processo de regulamentação e a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs para o ensino fundamental. Os PCNs define clara e objetivamente como política educacional o tratamento da EA nos currículos de forma transversal como condição para a construção da cidadania. O encontro possibilitou também, a oportunidade de compartilhar trabalhos e experiências sobre as práticas de EA nas escolas, momento de intercâmbio e reflexão, e idéias sobre política de formação continuada em EA, buscando assim fortalecer, universalizar e garantir a qualidade da prática da EA no ensino formal.

A COEA convidou para o evento os representantes de EA das Secretarias Estaduais de Educação de todos os estados, os presidentes do CONSED e da UNDIME, que infelizmente não puderam comparecer. Compareceram todos os convidados, exceto os representantes de Rondônia e Maranhão. Alguns estados vieram com mais de um representante, como o caso de Roraima, Acre, Amapá e Alagoas, o que totalizou 29 participantes.

Os representantes de EA nas SEDUCs são considerados por nós, parceiros privilegiados para implementação de políticas públicas em EA nos sistemas de ensino. É importante ressaltar que muitos deles foram formados pelo próprio MEC nos cursos de capacitação em EA oferecidos pela Coordenação de Educação Ambiental – CEA entre os anos de 1996 a 1998. Para estas pessoas (que categorizamos como multiplicadores, denominação dada à época dos cursos) o encontro teve um significado de continuidade institucional coerente com as propostas da COEA.

Primeiramente, enviamos um ofício ao Secretário Estadual de Educação convidando a pessoa referência em Educação Ambiental de sua Secretaria, para participar do evento. Ao mesmo tempo enviamos aos nossos convidados um questionário com perguntas sobre a estrutura institucional e política das SEDUCs em relação a Educação Ambiental. Obtivemos retorno dos 27 estados da Federação e por meio das respostas fizemos uma sistematização e uma análise que nos possibilitou montar um cenário preliminar do estado da arte da EA no sistema de ensino estadual.

Objetivos do Encontro

- Apresentar as diretrizes da COEA para Educação Ambiental no ensino formal.
- Discutir as diretrizes da SEF para formação continuada de professores por meio dos Parâmetros em Ação de Meio Ambiente.
- Promover e fortalecer a interlocução e troca de experiências sobre EA entre os estados e entre estes e o MEC.

Metodologia

Antes do encontro contatamos os representantes das SEDUCs em diferentes ocasiões com o intuito de manter um diálogo. Foram oferecidas três discussões em salas temáticas no *site* da SEF que infelizmente não obteve o resultado esperado devido a problemas técnicos (o site estava em fase de testes). As salas temáticas foram as seguintes: no dia 10/11 - 11:00hs às 12:00hs - Lucila Pinsard Vianna - coordenadora COEA - Tema: Política Nacional de Educação. No dia 20/11 - 15:00hs às 16:00hs - Jaime Tadeu Oliva - coordenador dos Parâmetros em Ação de Meio Ambiente - tema: Parâmetros em Ação de Meio Ambiente e no dia 23/11 – 15:00 hs às 16:00hs - Ana Amélia Ainoue – consultora da SEF -Tema: Projeto Educativo

Também foi neste momento que pedimos diversas informações às SEDUCs por meio de um questionário, afim de levantarmos, ainda de forma preliminar, o estado da arte da EA nestas instituições e também estimular o representante das SEDUCs a vir para o encontro para discutir sobre a sistematização e refletir sobre o material.

O encontro foi montado de forma a promover a integração entre os participantes logo no primeiro dia para, desta maneira, garantirmos maior produtividade nas discussões. Este foi um dos objetivos da visita ao Parque Nacional de Brasília. A visita

também proporcionou aos participantes conhecer o cerrado, os trabalhos de Educação Ambiental desenvolvido numa unidade de conservação e como isto pode ser desdobrado em propostas dentro da escola, mantendo assim coerência entre a teoria e a prática. A possível comparação entre as vivências propostas (visita ao Parque e vivência das atividades do Parâmetros em ação) incentivaram a discussão sobre a identidade da EA no ensino formal.

Ainda no primeiro dia a COEA tentou garantir as apresentações institucionais do MEC/SEF para esclarecimento da proposta de EA no ensino formal e sua viabilidade política de implementação. Assim, todo o seminário esteve centrado na discussão sobre a política de formação continuada de educadores em EA e a situação institucional da EA nas Secretarias de Educação. Agregou-se a esta discussão, a especificidade da EA no sistema de ensino.

Inicialmente discutimos a política de formação continuada em EA dos estados (Grupo de Trabalho 1) a partir da apresentação da sistematização dos questionários que nos foi enviado antes do seminário. Posteriormente discutimos, com vivência, a política proposta pelo MEC (Parâmetros em Ação de Meio Ambiente) . Esta vivência foi fundamental para a avaliar a proposta a partir de situações concretas.

O momento de apresentação dos trabalhos de EA desenvolvidos em cada estado foi muito importante para conhecer mais detalhadamente os pontos comuns e os divergentes existentes entre as propostas de cada um.

A plenária final foi prevista com 4 horas de duração para assim garantir a discussão das dúvidas e dos encaminhamentos de modo a torná-los o mais efetivos e concretos possíveis.

Material da COEA distribuído no evento:

- Publicação “Textos da Série Educação Ambiental do programa Salto para o Futuro”
- Publicação “Referencial para Formação de Professores”
- Publicação “Parâmetros em Ação – Dimensão Pedagógica”
- Publicação “Parâmetros em Ação – Natureza da Assessoria do Programa”
- Fita da Teleconferência “ Parâmetros em Ação de Meio Ambiente”
- Caderno com Proposta e Ações da COEA
- Síntese do questionário enviado pelas SEDUCs
- Tabela com dados censitários dos estados (nº de escolas, nº de professores, população) , contatos e alguns projetos desenvolvidos, coletado pela COEA ao longo do ano 2000
- “Parâmetros em Ação de Meio Ambiente” – versão preliminar
- Endereço de cada participante.

Programação do Evento

Dia 27 de novembro

Chegada dos participantes e montagem dos trabalhos nos painéis da ante-sala do evento.

Dia 28 de novembro

8:00hs - 8:30hs: Entrega de materiais e crachás

8:30hs - 10:00hs: Apresentação da Coordenação-Geral de Educação Ambiental - **Lucila Pinsard Vianna**

10:00hs as 11:00hs: Políticas de educação do MEC e da SEF e o papel da escola – Secretária da Educação Fundamental - **Iara Areias Prado**

11:00hs - 12:30hs: Apresentação do SITE da SEF – **Técnicos da Informática da SEF**

12:30hs - 13:30hs: Almoço

14:00hs - 17:00hs: Visita ao Parque Nacional de Brasília

18:30hs: jantar

19:00hs - 21:00hs: Apresentação dos trabalhos dos estados.

Dia 29 de novembro

8:30hs - 9:00hs:Síntese dos questionários - **Patricia Ramos Mendonça**

9:00hs - 11:00hs:Grupos de Trabalho – Pauta de discussão: Formação de professores em EA nos estados.

11:00hs - 12:30hs: Plenária

12:30hs - 13:45hs: Almoço

13:45hs - 15:00hs: Política de Formação Continuada de Professores da SEF, Programa Parâmetros em Ação e a especificidade do tema Meio Ambiente - **Ana Amélia Inoue e Lucila Pinsard Vianna**

15:00hs - 15:30hs: debate

15:30 - 16:00hs : coffee break

16:00hs - 17:30hs: Atividade dos Parâmetros em Ação de Meio Ambiente. – **Antônia Terra e Suely Ângelo Furlan**

17:30hs - 18:30hs –Grupo de trabalho para complementar a atividade dos Parâmetros

19:00hs -s 21:00hs: Apresentação dos trabalhos dos estados.

Dia 30 de novembro

8:30hs - 11:30hs : Continuação da Atividade dos Parâmetros em Ação de Meio Ambiente - **Antônia Terra e Suely Ângelo Furlan**

11:30hs – 12:30hs . Apresentação, discussão e avaliação dos Parâmetros em Ação – **Lucila Pinsard Vianna**

12:30hs as 14:00hs:Almoço

13:30 às 14:00hs: Reunião com os multiplicadores em Educação Ambiental.

14:00hs as 18:00hs: Plenária final e avaliação do evento

Participantes

UF	NOME	FONE COM	FAX	FONE RES	E-MAIL
AC	Maria de Lurdes Nascimento Pereira Francisca Bezerra da Silva	(68)223-3580 223-3580 r.2060	223-3588	(68)224-6845 229-2390	seefun@ac.gov.br
AL	Walnyce Miranda Vasconcelos Viana Edileuza Maria Maciel dos Santos Brandão	(82)315-1270/ 315-1268/ 235-3515 (82) 336-3437	221-5236	(82)235-3515 9306-2727	sed@jpdal.com.br doee.@bol.com.br d.e.f@bol.com.br
AM	Marlete Siqueira Tupinambá	(92)613-2044	613-2044	(92)615-3924 9987-7506	deppe@SEDUC.am.gov.br marletetupinamba@bol.com.br
AP	Jamile Façanha de Almeida Wildma Mota de Moraes Fernando da Costa Ribeiro	(96)212-5111	212-5274	(96)224-1267 9112-9967(cel) 251-2091 224-2290 9971-4263	dea@seed.ap.gov.br millya@bol.com.br wildmam@bol.com.br
BA	Vanice Maria Silva Fontes	(71)370-1359	370-1360	(71)378-1673	vfontes@sec.ba.gov.br
CE	Maria Hosana Magalhães Viana	(85)488-8363/ 488-8362	488-8361	(85)246-0172	mariahmv@SEDUC.ce.gov.br
DF	Catia de Queiroz Domingues	(61)322-1739/ 322-5446	322-1739	(61)377-1526/ 927-7792	cldomingues@uol.com.br
ES	Tânia Maria de Paiva Zamprogno	(27)324-1844	324-1826 324-1810 324-1880	(27)226-7613 9989-8842	taniazamprogno@bol.com.br Maria.tania@zipmail.com.br
GO	Jackson Emanuel Hora Alves	(62)202-0760	261-8590	9975-2947	jackhora@bol.com.br
MG	Inês Tourino Teixeira	(31)3379-8259	3379-8658	(31)3287-5647	inestourino@hotmail.com
MS	Ana Paula Mendonça de Moraes	(67)720-2842	720-2883 720-2881	(67)726-7083 9954-4660	ana.mor@globo.com
MT	Luiza Helena Rodrigues	(65)613-1000	613-1032	65-634-4318	guilu@zaz.com.br
PA	Vera Lúcia da Silva Lopes	(91)218-1403 219-1436	278-8282 278-1403	226-7481 248-1129 248-2943	
PB	Clara Lucia Ramalho de Carvalho	(83) 241-2879	241-7829	244-5923	clarac@educ.pb.gov.br
PE	Nilton Gomes da Silva	(81) 3424-1077	3424-2078	3231-0948	edson@educacao.pe.gov.br caem@educacao.pe.gov.br
PI	Maria Silva Galvão	(86)216-3241 216-3242		324-1418 989-0377	Mariaga@seduc.pi.gov.br
PR	Hilda Massako Taura	(41) 340-1720		223-6151	hildamt@pr.gov.br hmtaura@uol.com.br
RJ	Rondon Mamede Fatá	(21)229-4317 299-3950 299-3783 r.224	299-4317	214-3915	rondonmf@ig.com.br
RN	Maria de Lourdes Nogueira	(84) 232-1481 232-1483 232-1482	232-1435	206-7186	conape@secrin.rn.gov.br luidg@zipmail.com.br mlunogueira@zipmail.com.br
RR	Geórgia Amália Freire Brígia Ilma Maria Bezerra Lima do Nascimento	(95) 623-2656	623-2656	623-5372 625-6227 224-6583	cecirr@super11.net a_briglia@yahoo.com.br
RS	Milton Esmério	(51)212-1688		471-1829	esmerio@terra.com.br

SC	Maike Cristine Kretzschmar Ricci	(48)221-6089	221-6223	234-1494	maikeck@sed.rct-sc.br maiker@bol.com.br
SE	Elizabeth Azevedo de Oliveira	(79) 214-4999 211-7099	214-4999	224-5370 9987-8322	ded@prodase.com.br
SP	Marlene Gardel	(11)3237-2115	257-8822	3872-6741	mgardel@bol.com.br cenp-pec@educacao.sp.gov.br
TO	Nazareth Rosana Mendes Saponi	(63) 218-1449 218-1437	218-1447 218-1491	554-1130 9977-2856	saponi@bol.com.br

Sistematização do questionário enviado às SEDUCs

Questionário enviado às SEDUCs

1. Qual o *status* institucional da Educação Ambiental dentro da sua Secretaria?
2. Existem na Secretaria diretrizes políticas para inserir o tema Meio Ambiente no currículo? Em caso afirmativo, quais são elas?
3. Existe Política Estadual de Educação Ambiental?
4. Existe Programa Estadual de Educação Ambiental?
5. Para o desenvolvimento de Educação Ambiental há alocação específica de recursos orçamentário e/ou financeiro? Caso afirmativo, quanto a Secretaria disponibiliza? (Fornecer uma estimativa)
6. De onde vem o financiamento?
7. Existem trabalhos de EA no sistema estadual de ensino? Caso afirmativo, em quantas escolas?
8. Número de Municípios envolvidos.
9. Como a SEDUC acompanha/orienta estes trabalhos? (escrever em poucas linhas como é este acompanhamento: campanhas, reuniões, diretrizes políticas, cursos de formação, etc)
10. Existem ações de formação em EA, nas quais a Secretaria esteja envolvida? (Sim – Não) Caso afirmativo, qual o tipo da ação?
11. Quem desenvolve a ação de formação?
12. Qual o público alvo?
13. Há estimativa de quantas pessoas treinadas?
14. Existem parcerias para esta ação? Quais?

Sistematização dos questionários enviados às SEDUCs

- ⇒ **Quanto ao *status* institucional da EA dentro da Secretaria de Educação:** Na maioria dos estados, a Educação Ambiental está inserida na Divisão do Ensino Fundamental ou de Currículo ou ainda em alguma Gerência de Projetos Especiais e/ou Atividades Complementares. Os únicos estados que têm uma divisão específica (setor ou coordenação) de Educação Ambiental são o Pará, que não informou o número de técnicos, o Amapá com cinco técnicos e Roraima com 11 técnicos. No restante, são pequenas equipes, com um ou dois técnicos, no máximo três, que se dedicam a acompanhar e fomentar as iniciativas de EA nas escolas, como ministrar cursos de formação, participar das comissões interinstitucionais¹, promover eventos, etc, além de atuar em outras áreas simultaneamente.
- ⇒ **Quanto as diretrizes políticas das Secretarias para inserir o tema Meio Ambiente no currículo:** Todos os estados afirmaram que as diretrizes políticas definidas pelas respectivas Secretarias de Educação é transversalizar a Educação Ambiental no currículo, estando assim em consonância com a proposta do PCN do MEC. Para alguns estados, a implementação destas diretrizes estão direcionadas a cursos para formação de professores, em outros, existem documentos referenciais produzidos ou em produção pelas próprias secretarias, onde a EA é contemplada de forma transversal no currículo. Rondônia fez referência à resolução 060/90 do Conselho Estadual de Educação. No Amapá o eixo norteador das discussões nas escolas da rede é a educação sócio-ambiental, enquanto no Acre, Paraná e Santa Catarina, as SEDUCs estão elaborando uma proposta curricular estadual abordando a EA como tema transversal no ensino fundamental. Sergipe se baseia na Lei 9795/99 – PNEA, para trabalhar com EA no ensino formal, sem detalhar as diretrizes estaduais e Pernambuco, além da lei 9795/99, define as diretrizes da SEDUC baseado no PRONEA (Programa Nacional de Educação Ambiental) e nas propostas do PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) do MEC. São Paulo tem um grupo de trabalho para coordenar a integração das ações relativas à EA nas escolas sob orientação das Propostas Curriculares de Ensino Médio e Fundamental produzidos pela secretaria. Paraíba utiliza as estratégias de formação dos Parâmetros em Ação para discutir a EA e em Goiás, é utilizado os PCNs – Temas Transversais - como referência.
- ⇒ **Quanto a existência de Programa de Educação Ambiental:** Todos os estados têm ou estão construindo um programa de EA por meio da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental. Esta comissão normalmente é coordenada pela OEMA (Organização Estadual de Meio Ambiente) local. No Acre, este programa está sendo adequado a partir das diretrizes do Programa Nacional de Educação Ambiental - PRONEA, no Mato Grosso está diretamente sob a responsabilidade da OEMA. Os estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro ainda não possuem programa Estadual de Educação Ambiental.

¹ As comissões interinstitucionais de Educação Ambiental foi uma iniciativa do Ministério do Meio Ambiente para induzir os Estados a elaborarem o Programa Estadual de Educação Ambiental. A comissão conta com a participação de várias instituições estaduais e geralmente são coordenadas pela OEMA (Organização Estadual de Meio Ambiente) local.

⇒ **Quanto a existência de Política Estadual de Educação Ambiental:** Para implementar efetivamente uma política estadual de EA, os estados devem ter diretrizes, programa e recursos destinados a tal objetivo. Se considerarmos as respostas dos itens anteriores podemos concluir que todos os estados têm uma política de Educação Ambiental. O que se percebe, são diferentes estágios de amadurecimento para consolidação dessa política. Tanto a Política Estadual de Educação Ambiental como o Programa Estadual de Educação Ambiental estão sendo e/ou foram elaborados em todos os estados e, na sua maioria, pelas respectivas Comissões Interinstitucional de Educação Ambiental, alguns com a coordenação direta da OEMA estadual (no caso do Ceará e do Amazonas). Dos 26 estados, o Rio Grande do Norte, Minas Gerais e Espírito Santo responderam que não tinham ainda uma Política Estadual de Educação Ambiental.

⇒ **Quanto à origem e a alocação específica de recursos financeiros e/ou orçamentários das Secretarias Estaduais de Educação disponíveis para EA:** Nesta questão, percebemos que a origem dos recursos que as SEDUCs disponibilizam para EA, vem geralmente de recursos federais, Quota Estadual do Salário Educação - QESE, Fundo Estadual da Educação, parcerias com instituições não-governamentais e/ou empresas e organismos internacionais. Priorizamos as respostas que nos informa sobre os recursos de responsabilidade institucional das SEDUCs para EA, sejam eles provenientes do orçamento federal, estadual ou de parcerias externas.

No ano de 2000, o Amapá dispôs aproximadamente de R\$ 28.000,00 para custear as despesas de EA, além de recursos externos e parcerias com ONGs. No Amazonas foram destinados R\$ 800.000,00 para todas as atividades sócio-educativas incluindo EA e em Alagoas, foram disponibilizados R\$ 285.000,00 do orçamento do estado. O Espírito Santo destina verba do salário-educação, quando as escolas solicitam, para imprimir documentos de EA e em Goiás, a verba para financiar projetos de EA vem do Fundo Nacional de Meio Ambiente – FNMA. Embora Minas Gerais tenha tido recursos financeiros advindo de parcerias, a SEDUC disponibilizou cerca de R\$187.000,00 para suas 41 Superintendências Regionais de Ensino para organização de seminários e cursos na área de EA. No Rio de Janeiro foram R\$ 50.000,00 para cursos de capacitação e no Paraná, R\$432.000,00. O Rio Grande do Sul não detalhou a quantidade disponibilizada pela SEDUC e sim, a existência de financiamento do BID para o Projeto Pró-Guaíba, que não enfoca nosso objetivo. Rondônia respondeu que a verba de R\$ 86.851,00 proveniente de recursos federais e R\$ 33.304,00 de recursos estaduais, incluem as propostas dos temas transversais. A SEDUC do Paraná gastou R\$ 432.000,00 provenientes de projetos e parcerias. Pará respondeu que há recursos sem esclarecer a quantidade e a origem. Em Mato Grosso, a SEDUC disponibiliza recursos somente para as escolas que apresentarem programas de EA, previamente analisados e deferidos. Em São Paulo, as verbas da SEDUC são descentralizadas para as Diretorias de Ensino que aplicam conforme seus Planos Diretores e, nos Projetos Centralizados, os recursos são aplicados em diversos projetos de Educação Continuada, entre eles, a EA.

No ano de 2001, o Acre vai dispor de R\$ 150.000,00 e no estado de Tocantins, foram solicitados R\$ 52.000,00. Os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe, Bahia, Mato Grosso do Sul, Goiás, Espírito Santo e Santa Catarina responderam que não existem recursos específicos para EA. Apesar de Roraima contar com a maior equipe de EA, com política e programa estadual, não dispõe de recursos específicos.

- ⇒ **Como as SEDUCs acompanham e orientam os trabalhos de EA no estado:** O acompanhamento e orientação das SEDUCs nos trabalhos de EA se dão geralmente por meio de cursos para professores, palestras, oficinas de orientação técnica, visitas às escolas, visitas às comunidades, reuniões com coordenadores pedagógicos, campanhas educativas, relatórios dos professores capacitados, questionários de pesquisas e materiais de apoio. Somente os estados do Piauí e Rio Grande do Norte responderam que não têm acompanhamento.
- ⇒ **Quais são as ações das SEDUCs na formação de professores em EA:** As respostas de todos os estados foram parecidas. Assim como no item anterior, o acompanhamento das SEDUCS nos trabalhos de EA se confundem com as ações que estas realizam para formação de professores. Estas ações são basicamente cursos, seminários, oficinas pedagógicas, encontros e acompanhamentos mensais ou trimestrais para avaliação. Muitas vezes são feitos cursos de capacitação específica em parceria com projetos desenvolvidos por ONGs, empresas, Universidade e OEMAs ,onde têm a participação dos técnicos da SEDUC. No Ceará, a SEDUC utiliza o programa PROFORMAÇÃO para desenvolver ações de formação em EA .Em Sergipe, a SEDUC trabalha com PCN em Ação, Curso Básico de EA a Distância (MMA), a rede de EA e projeto de Educação para a Paz. Na Bahia e no Espírito Santo, a SEDUC está envolvida com o projeto do MMA - Protetores da Vida. No Paraná, a SEDUC tem um Centro de Capacitação da Universidade do Professor (CCUP) onde são realizados diversos cursos de formação, inclusive EA. Santa Catarina tem alguns projetos que trabalham com a formação dos professores e que envolvem a SEDUC como o PROCEL, Projeto Educado, Projeto Ação escola.
- ⇒ **Quem desenvolve ação de formação e o público-alvo :** As ações de formação continuada são desenvolvidas em quase todos os estados pelos técnicos das SEDUCs em parceria com ONGs, consultores contratados ou professores da universidade. O Ceará trabalha a ação de formação em parceria com o MEC e prefeituras municipais, o Espírito Santo trabalha também com parceiros como o IBAMA, EMATER, SEAMA, CESAN e Furnas. Santa Catarina trabalha com um professor de universidade, dois técnicos da prefeitura e três técnicos da CELESC. No Rio de Janeiro estas ações são desenvolvidas por técnicos da Fundação Roberto Marinho, FURNAS e professor da UFRJ. Todas as ações de formações são direcionadas basicamente aos professores do ensino fundamental (abrange ensino médio só no Mato Grosso do Sul), coordenadores pedagógicos, supervisores de ensino, assistentes técnicos, técnicos das Divisões Regionais de Ensino. No Amapá, Pernambuco e Paraná o público-alvo se estende também a líderes comunitários, imprensa local , vereadores, servidores de OEMAs e outras instituições.
- ⇒ **Parcerias para ações de formação das SEDUCs :** Esta questão remete às anteriores. As parcerias efetuadas para os cursos de formação são feitas em parcerias com as instituições estaduais e municipais de meio ambiente, saúde , segurança pública . No nível federal, destacam-se o IBAMA, o MMA, o MEC e as universidades. Em relação aos organismos internacionais a WWF, UNESCO e BID. A maioria dos estados ainda conta com parcerias de ONGs e empresas como FURNAS, Fundação Roberto Marinho, Companhia Siderúrgica de Tubarão, ELETROBRÁS, etc
- ⇒ **Estimativa de escolas que desenvolvem trabalhos de EA nos estados:** Segundo o questionário, em todos os estados têm escolas que trabalham com EA. Não sabemos se os estados consideraram somente as escolas públicas estaduais ou se

foram contabilizadas também as particulares e as municipais. Na tabela abaixo, consideramos, como exercício comparativo, o número total de escolas estaduais do ensino público fundamental com os números fornecido pelos estados. O Acre, Ceará, Sergipe, Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Rio Grande do Sul, não conseguiram estimar um número de escolas, embora todos reforcem a existência de muitas escolas que desenvolvem trabalhos de EA.:

Estados	Números de Escolas que trabalham com EA	Total de Escolas estaduais do ensino fundamental regular*	%
Região norte			
AC	Maioria das escolas	1138	
AM	50	229	22
AP	50	438	11
RR	209	718	29
RO	12	384	3
PA	50	2251	2
TO	114	284	40
Região Nordeste			
AL	439	311	141 -?
CE	Várias escolas	149	
BA	Sim	1831	
MA	50	660	7,5
PI	Não respondeu	726	
RN	sim	1156	
PB	455	1281	35,5
PE	736	428 (considerou:1122)	70
SE	Várias escolas	257	
Região Centro-Oeste			
MT	Algumas escolas	101	
MS	32	24	133 ?
GO	Maioria das escolas	513	
DF	—	236	
Região Sudeste			
MG	Sim	2410	
RJ	Sim	1251	
SP	6000	5601	107
ES	Sim	1759	
Região Sul			
PR	500	1912	26
SC	390	411	80
RS	Sim	815	

*Fonte: Censo da Educação Básica/99 – MEC/INEP/SEEC

⇒ **Estimativa de pessoas que foram capacitadas em EA nos estados:** Consideramos que a estimativa abrange prioritariamente professores e em menor quantidade é dirigido a outros atores, descritos anteriormente, no item que aborda o público-alvo. Somente o Estado do Acre, Amazonas, Roraima, Espírito Santo e Santa Catarina definiram as pessoas capacitadas como sendo professores. O restante dos estados não foi possível distinguir a profissão do público-alvo. Optamos em colocar o número de docentes em exercício no ensino estadual fundamental regular para termos uma dimensão comparativa das pessoas treinadas e do nosso público.

Estados	Números de pessoas capacitadas em EA	Número de docentes no ensino estadual fundamental regular*	%
Região norte			
AC	600 prof.	5211	11,5
AM	1500 prof.	12092	12,4
AP	250 pessoas	4638	5
RR	2.200 prof.	3896	54
RO	Não informou	7156	
PA	150 pessoas	20721	0,7
TO	1604 certificados	7918	20
Região Nordeste			
AL	1500 pessoas	6287	23,8
CE	3468 pessoas	14939	23
BA	200 pessoas	38161	0,5
MA	Não informou	16510	
PI	Não informou	12960	
RN	Não informou	12401	
PB	Não informou	13877	
PE	30	23701	0,1
SE	400	7708	5,1
Região Centro-Oeste			
MT	Não informou	13720	
MS	100	12887	0,7
GO	Não informou	26357	
DF		15024	
Região Sudeste			
MG	Não informou	93389	
RJ	1340 prof?	33133	4,0
SP	Não informou	146630	
ES	500 prof.	14610	3,4
Região Sul			
PR	Não informou	41878	
SC	290	24961	11,6
RS	Não informou	55114	

*Fonte: Censo da Educação Básica/99 – MEC/INEP/SEEC

⇒ **Número de Municípios que trabalham com EA nos estados:** Utilizamos o mesmo critério para sistematizar estas respostas. Consideramos as estimativas fornecidas pelos estados e colocamos o número total de municípios

Estados	Números de Municípios trabalham com EA	Total de Municípios por estado*	%
Região norte			
AC	18	22	81
AM	Todos	62	100
AP	4	16	25
RR	Não informou	15	
RO	1	52	1
PA	Belém e UREs	143	
TO	14	139	10
Região Nordeste			
AL	102	101	110,9 ?
CE	Não informou	184	
BA	Não informou	415	
MA	20	217	9,2
PI	Não informou	221	
RN	Não informou	166	
PB	81	223	36,3

Estados	Números de Municípios trabalham com EA	Total de Municípios por estado*	%
PE	Não informou	185	
SE	75	75	100
Região Centro-Oeste			
MT	Não informou	126	
MS	9	77	11,5
GO	10	242	4
DF		1	
Região Sudeste			
MG	43	853	5
RJ	1	91	1
SP	670	645	103,8 ?
ES	76	77	
Região Sul			
PR	230	399	57,7
SC	233	293	80
RS	10	467	2,14

*Fonte: Censo IBGE/1997

Grupo de trabalho: Formação Continuada de Educadores em EA nos estados

Data: 29 de novembro

Duração: 8.30 às 10h

Caro participante,

Para melhor alcançarmos os objetivos propostos para este encontro, apresentamos um roteiro com algumas questões no sentido de orientar e suscitar discussões e reflexões a partir das trocas de experiências sobre a implementação da política de formação continuada de educadores em EA nos estados. Vale ressaltar que é imprescindível que nos grupos de trabalho seja escolhido um relator que registre os pontos comuns e divergentes das referidas experiências nos estados. Ao final, cada grupo terá 15 minutos para apresentar uma síntese contendo suas considerações.

Questões:

- 1) Como a formação de EA está inserida na política de formação de educadores no Ensino Fundamental na SEDUC?
- 2) Quais os impactos positivos e negativos da política de formação de educadores em EA das SEDUCs nas escolas? (Problemas, vantagens e experiências exitosas, lacunas na formação de educadores, etc.).
- 3) Quanto a formação de educadores em EA:
 - a) Onde ocorre? Na escola, na SEDUC, em outro espaço para trabalho coletivo?
 - b) Quando ocorre? Durante o ano letivo, nos finais de semanas, no dia de planejamento, no período de férias? Qual a carga horária? Qual a periodicidade? Há horário específico para formação?
 - c) Como é avaliada a formação em EA pelos educadores e pelas SEDUCs?
- 4) Em seu estado, quais os conteúdos abordados na formação continuada de educadores em educação ambiental?
- 5) Quais as estratégias de formação de educador em EA que têm melhores impactos na aprendizagem significativa dos participantes? Por quê?

Resultado dos Grupos de Trabalho

• Região Sul – PR/SC/RS

1. Como a formação de EA está inserida na política de formação de educadores no Ensino Fundamental na SEDUC?

Não há política específica de EA para o Ensino Fundamental, mas sim um trabalho articulado que atende todos os níveis e modalidades da Educação Básica.

2. Quais os impactos positivos e negativos da política de formação de educadores em EA das SEDUCs nas escolas? (Problemas, vantagens e experiências exitosas, lacunas na formação de educadores, etc.).

Não há uma política de formação continuada específica em Educação Ambiental, somente em Educação Geral e os cursos específicos em EA são trabalhados em parcerias com PROCEL (Programa de Combate ao Desperdício de Energia Elétrica nas Escolas), Florian, etc. Entendemos que a grande lacuna está na formação de professores onde não está sendo discutido a EA nos currículos, como também nas agências formadoras em nível médio que muito pouco abordam a EA. O desafio é uma política de formação continuada na Educação Básica contemplando a EA dentro do currículo em sua totalidade.

3. Quanto a formação de educadores em EA:

- a) Onde ocorre? Na escola, na SEDUC, em outro espaço para trabalho coletivo?
- b) Quando ocorre? Durante o ano letivo, nos finais de semanas, no dia de planejamento, no período de férias? Qual a carga horária? Qual a periodicidade? Há horário específico para formação?
- c) Como é avaliada a formação em EA pelos educadores e pelas SEDUCs?

a) A formação continuada em EA está contemplada nos cursos oferecidos em educação de uma forma geral. Ocorre em hotéis e nos salões paroquiais locais das comunidades.

b) Ocorre durante o ano letivo, em períodos de aula, onde a escola se articula para cobrir a falta dos que saíram para o curso e, também, no mês de julho.

c) Quando a EA ocorre inserida no Programa Político-Pedagógico a avaliação é positiva, porém, quando são projetos pontuais implantados via SEDUC, por convênios (PROCEL) nem sempre o resultado é positivo.

4. Em seu estado, quais os conteúdos abordados na formação continuada de educadores em educação ambiental?

Não trabalhamos conteúdo, a EA é trabalhada numa totalidade a partir da realidade de cada comunidade escolar.

5. Quais as estratégias de formação de educador em EA que têm melhores impactos na aprendizagem significativa dos participantes? Por quê?

Numa construção coletiva partindo da realidade da comunidade escolar, envolvendo todos os membros desta comunidade. Quando possível com acompanhamento da SEDUC.

Região Nordeste – AL/BA/PB/PI/RN/SE/PE/CE

1. Como a formação de EA está inserida na política de formação de educadores no Ensino Fundamental na SEDUC?

Constatamos que não existe uma política de Educação Ambiental definida na maioria dos estados. Estando as mesmas em construção e ou em elaboração. Exceto nos estados de Alagoas e Pernambuco que estão inseridas nas diretorias executivas de ensino.

2. Quais os impactos positivos e negativos da política de formação de educadores em EA das SEDUCs nas escolas? (Problemas, vantagens e experiências exitosas, lacunas na formação de educadores, etc.).

Impactos positivos:

- a melhoria da qualidade do ensino onde possibilita a interação das diversas áreas do conhecimento.

Impactos negativos:

- ausência de recursos humanos;
- presença apenas de um técnico responsável pela área;
- trabalhos e formação assistemáticos;
- ausência da rubrica do MEC para os estados possibilitarem a formação continuada;
- desarticulação entre o MEC e MMA enquanto instituições federativas de políticas públicas em EA com relação aos estados da federação brasileira.

3. Quanto a formação de educadores em EA:

- a) Onde ocorre? Na escola, na SEDUC, em outro espaço para trabalho coletivo?**
- b) Quando ocorre? Durante o ano letivo, nos finais de semanas, no dia de planejamento, no período de férias? Qual a carga horária? Qual a periodicidade? Há horário específico para formação?**
- c) Como é avaliada a formação em EA pelos educadores e pelas SEDUCs?**

a) Embora não exista programa de formação continuada, com exceção de 2 estados (PE, AL), as capacitações e encontros são realizados em: escolas, diretorias executivas, nos centros profissionais, algumas comunidades, universidades, sindicatos, câmara de vereadores, associação de bairro, sede de organizações não governamentais e universidades.

b) Ocorre em qualquer período de acordo com o órgão parceiro. A realização é nos dias úteis da semana e em sua maioria com 40hs e em horário integral.

c) Apesar de não serem sistemáticas as capacitações na maioria dos estados, as avaliações existem por meio de instrumentos como:

- visitas periódicas
- reuniões formais
- envio de questionários
- encaminhamento de relatório
- produções pedagógicas

4. Em seu estado, quais os conteúdos abordados na formação continuada de educadores em educação ambiental?

Procedimentos iniciais de sensibilização e autoconhecimento (vivências)

- histórico
- fundamentação
- conceituação
- concepção metodológica
- temas específicos de acordo com as regiões (demanda) respeitando as diversidades regionais

Exemplos: saneamento básico, resíduos sólidos, mangue, desertificação, qualidade de vida, água, gênero, etc.

5. Quais as estratégias de formação de educador em EA que têm melhores impactos na aprendizagem significativa dos participantes? Por quê?

Formação continuada reflexiva e dialogada

- projeto político pedagógico
- oficinas pedagógicas
- workshop
- encontros

São estas ações que podem contribuir para a reflexão e ação de mudanças na prática pedagógica para a formação de habilidades e capacidades dos alunos.

Solicitações

Recursos para viabilizar encontro regional (Nordeste)

• Região Sudeste – SP/ES/RJ/MG

1. Como a formação de EA está inserida na política de formação de educadores no Ensino Fundamental na SEDUC?

Espírito Santo e São Paulo- Diretrizes para a formação de EA, está inserida dentro dos programas estaduais de Educação por meio de ações descentralizadas e/ou parcerias.

Rio de Janeiro – Existe lei estadual que define a política de EA , que está inserida dentro do Programa Estadual de Educação por meio de ações descentralizadas e/ou parcerias.

Minas Gerais- A política de EA está em construção para orientar o programa Estadual de EA por meio da Comissão Interinstitucional.

2. Quais os impactos positivos e negativos da política de formação de educadores em EA das SEDUCs nas escolas? (Problemas, vantagens e experiências exitosas, lacunas na formação de educadores, etc.).

Impactos negativos:

- dificuldade da escola inserir a EA na proposta pedagógica
- dificuldades de incorporar novas práticas pedagógicas
- falta de continuidade das propostas

Impactos positivos

- mudança na prática pedagógica
- incorporação de novos conceitos, maior abrangência na abordagem da temática
- ambiental
- criatividade

- articulação dos projetos com outros componentes curriculares; outros setores
- governamentais/ ONG's
- inserção do projeto na proposta pedagógica da escola, ex.: Proinfo – orientando os professores/ alunos trabalharem com projetos educativos de EA. Em MG existe um Programa de Apoio às Inovações Escolares/ PAIE desde 1997 – financiado pelo Banco Mundial onde as escolas estaduais têm a oportunidade de desenvolver Projetos Educativos, por meio do PRODEC – Projeto de Desenvolvimento e Enriquecimento Curricular – professores são capacitados/ projetos selecionados e avaliados e recebem recursos financeiros no total de R\$8.000,00 (oito mil reais). Atualmente o PAIE está em sua 3ª etapa e muitas escolas elaboram projetos educativos voltados/ abordando o tema meio ambiente (abrange o estado todo)

3. Quanto a formação de educadores em EA:

- a) Onde ocorre? Na escola, na SEDUC, em outro espaço para trabalho coletivo?**
- b) Quando ocorre? Durante o ano letivo, nos finais de semanas, no dia de planejamento, no período de férias? Qual a carga horária? Qual a periodicidade? Há horário específico para formação?**
- c) Como é avaliada a formação em EA pelos educadores e pelas SEDUCs?**

- a) SEDUC, regionais com suas equipes técnicas, hotéis e outros
- b) Ano letivo (todos estados), finais de semana e período de férias (SP) com média de 40 horas de carga horária.
- c) SEDUC – acompanhamento e avaliação de forma descentralizada nas regionais e escolas. O estado do Espírito Santo trabalha em suas regionais de ensino e em parceria com a Secretaria do Meio Ambiente.

4. Em seu estado, quais os conteúdos abordados na formação continuada de educadores em educação ambiental?

Conteúdos mais abordados

- a) água – uso racional da água/ bacias hidrográficas
- b) resíduos sólidos
- c) desmatamento
- d) fauna/ flora
- e) poluição ambiental – ar, solo, água, sonora
- f) saneamento básico
- g) coleta seletiva de resíduos sólidos
- h) agrotóxicos
- i) hortas orgânicas

5. Quais as estratégias de formação de educador em EA que têm melhores impactos na aprendizagem significativa dos participantes? Por quê?

Quanto às estratégias

- a) dinâmica/ sensibilização: todos estados
- b) modelo centrado na capacitação ação/ reflexão/ ação aplicar em sala de aula e reavalia as suas ações
- c) temática centrada nos problemas locais, realiza diagnósticos/ mapeamento
- d) socialização de experiências
- e) avaliação e acompanhamento
- f) materiais e produção coletiva de materiais pedagógicos (fica bem claro em SP, ES), em MG, o Projeto Manuelzação pretende elaborar estes materiais
- g) materiais pedagógicos com capacitação
- h) workshop com escolas e regionais (equipes)

• Região Centro-Oeste – MT/MS/DF/GO

1. Como a formação de EA está inserida na política de formação de educadores no Ensino Fundamental na SEDUC?

Na maioria dos estados, a EA está inserida na política de formação de educadores do Ensino Fundamental, porém a SEDUC promove, junto a outras instituições, cursos de capacitação – atualização.

Mato Grosso – a SEDUC promove cursos de formação em EA, por meio de cursos presenciais ou à distância, pelas Universidades.

Mato Grosso do Sul – acontecem também cursos de formação em EA para professores da rede pública através de módulos. O Estado traçou diretrizes para orientar quanto aos Temas Transversais e promoveu o Censo Estadual para diagnóstico da EA nas escolas.

Goiás – o estado está priorizando a formação (habilitação dos professores da rede, pois 50% não são habilitados). Desenvolve várias parcerias com outras instituições para capacitação/atualização em EA.

Distrito Federal – possui uma escola que funciona como laboratório de EA e atende professores da rede pública, com cursos de 80 a 120 horas. Possui documento de regulamentação da EA no ensino formal.

2. Quais os impactos positivos e negativos da política de formação de educadores em EA das SEDUCs nas escolas? (Problemas, vantagens e experiências exitosas, lacunas na formação de educadores, etc.).

Os cursos apresentam aspectos positivos, no sentido de promover uma prática diferenciada dos professores na escola e a participação da comunidade onde a escola está inserida.

Aspectos negativos – a demanda é grande frente às ofertas. São necessários recursos advindos de outras fontes

3. Quanto a formação de educadores em EA:

- a) Onde ocorre? Na escola, na SEDUC, em outro espaço para trabalho coletivo?
- b) Quando ocorre? Durante o ano letivo, nos finais de semanas, no dia de planejamento, no período de férias? Qual a carga horária? Qual a periodicidade? Há horário específico para formação?
- c) Como é avaliada a formação em EA pelos educadores e pelas SEDUCs?

A formação de professores ocorrem em vários espaços, principalmente nas universidades ou em locais apontados como promotores de práticas ambientais (Bonito/MS) ou nas aldeias (Projeto Tucum/MT) – ou escolas inseridas em unidades de conservação (Parque de Brasília). Normalmente os cursos ocorrem nos fins de semana ou nas férias.

Avaliação: relatórios, visitas e acompanhamento nas escolas, resultados quanto a resolução de problemas.

4. Em seu estado, quais os conteúdos abordados na formação continuada de educadores em educação ambiental?

Os professores elaboram projetos de acordo com o levantamento de problemas ambientais, voltando o currículo para necessidade de fundamentar conceitualmente estes problemas.

No caso de Goiás (Tom da Mata), a maioria segue os princípios dos PCN e ainda realiza ações para Educação Especial.

5. Quais as estratégias de formação de educador em EA que têm melhores impactos na aprendizagem significativa dos participantes? Por quê?

Estratégias de Formação que tem uma metodologia que envolve práticas, tem resultado positivo. A prática, com visitas *in loco*, mostrando os problemas, envolvendo alunos, comunidade e elaboração de propostas junto ao coletivo da escola. Quando há acompanhamento e orientação nas propostas, o resultado é positivo.

• Região Norte – AP/TO/PA/AM/RR/AC

1. Como a formação de EA está inserida na política de formação de educadores no Ensino Fundamental na SEDUC?

Tocantins: Trabalha com 13 cidades – 4 oficinas com vários temas, professores, coordenadores, diretores das escolas. Não trabalham só com ensino fundamental. Formação continuada. Faz parte de um programa por conta da construção de uma hidrelétrica. Programa Básico Ambiental – antigo 4 das 10 delegacias, mais a capital. Não tem uma coordenação de EA. Apenas uma equipe que trabalha em parceria com outras equipes e formação de professores nas cidades do entorno da Ilha do Bananal.

Amapá: Na SEED (Secretaria da Educação), existe a DEF, a DITEP, a DEA. A política de formação não é só a cargo da SEED. No Amapá, existe também o CEFORH, que coordena essas formações. Temos, por exemplo, o Projeto Escola Bosque com formação de 360h. A DEA (Departamento de Educação Ambiental) participa dessa formação. Mês passado (outubro) realizamos um laboratório para multiplicadores nos trabalhos intersetorial. Foi dada vazão à fala das comunidades.

Acre: Sistema de multiplicadores – professores e dirigentes das escolas. 2001: não trabalhar 120h. Já trabalham os parâmetros em ação. Trabalham dentro dos conteúdos dos professores. Os coordenadores pedagógicos são agentes multiplicadores em EA, em 2001 – reformulação curricular voltada para a EA (inserção da EA no ensino fundamental). Temáticos: fundamentação temática, metodologias. Oficinas – anualmente oficinas sobre as queimadas.

Pará: Programa de EA, elaborado por uma comissão – fórum permanente de EA – interinstitucional e ONG's. Hoje o fórum é uma ONG. Discussões a partir de pontos anteriores que culminaram no fórum. Em relação a PNEA – a SEDUC tem seu próprio programa. Na educação formal, ela coordena e estabelece parceria. A relação com os municípios muito boa.

Roraima: Tem um programa que é coordenado pela DMA, Departamento de Meio Ambiente, criado pelo fórum de EA, na SEDUC, realizam cursos de 80h, não específico de EA. Tem 4 encontros ao ano, de 8h, atinge 69 escolas na capital e 140 no interior. Em 2001, vão

trabalhar com escolas indígenas.

Amazonas: A equipe não está ligada ao setor de ensino fundamental. São livres. Capacitação no início, meio e final do ano. Parcerias com 15 instituições – consultores ambientais, através do IPAAM. Trabalham em todos os níveis.

2. Quais os impactos positivos e negativos da política de formação de educadores em EA das SEDUCs nas escolas? (Problemas, vantagens e experiências exitosas, lacunas na formação de educadores, etc.).

Tocantins: Depois das capacitações os professores fazem projetos na escola o que envolve os alunos. Dificuldade: falta de compromisso dos funcionários das escolas. Positivos: ações dos alunos.

Amapá: A DEA coordena e monitora o bosque

- Positivos: o retorno das famílias ao Bailique, hotel, a criação da DEA a partir do GT – o estado compreendeu a necessidade de criar a DEA.
- Negativos: o tempo para o professor estudar mais. Pouco material para os professores. Falta da biblioteca.

Acre:

- Positivos: feiras ambientais das escolas: atividades pontuais – Semana do Meio Ambiente – várias atividades em várias escolas – busca de subsídios pelos professores na SEDUC – produções dos alunos e professores nas oficinas.
- Negativos: fragilidade no acompanhamento, falta de incorporação real dos professores sobre a “febre” de EA.

Pará:

- Positivos: o trabalho não atende só o ensino fundamental, mas o básico – o trabalho com outras secretarias – resgate cultural: junho/ setembro/ novembro – amostra, feiras culturais de EA – esquece as divergências políticas por uma só causa.
- Negativos: compartimentações – acompanhamento – pouco conhecimento do professor

Roraima:

- Positivos: envolvimento da comunidade escolar depois de encontros
- Negativos: falta de continuidade e de acompanhamento do trabalho em algumas escolas.

Amazonas

- Positivos: 2000 – ampliação e adesões de novas escolas, ampliando a visão sobre EA.
- Negativo: visão tradicional onde existe dissociação entre teoria e prática e falta de acompanhamento..

3. Quanto a formação de educadores em EA:

- a) Onde ocorre? Na escola, na SEDUC, em outro espaço para trabalho coletivo?**
- b) Quando ocorre? Durante o ano letivo, nos finais de semanas, no dia de planejamento, no período de férias? Qual a carga horária? Qual a periodicidade? Há horário específico para formação?**
- c) Como é avaliada a formação em EA pelos educadores e pelas SEDUC?**

- Tocantins:**
- a) Não tem espaço, ocorre em auditórios fora da escola
 - b) Bimestral – no período de aula – no dia de aula – 3ª e 4ª das 8:h – 18h – 4 etapas
 - c) Através das atividades quando se desenvolvem nas escolas (o retorno) – formação de multiplicadores. Avaliação da SEDUC – extremamente positivo, em 1 ano se trabalhou 4 delegacias.
- Amapá:**
- a) Na DEA, na SEED, nas escolas
 - b) Nova proposta com o eixo de construção do Projeto Político-Pedagógico, durante o ano
 - c) Positivo
- Acre:**
- a) Na SEED da capital e municípios
 - b) Semanais – através de multiplicadores – 40h – 20h
 - c) Avaliação – tentamos procurar uma sistemática que realmente verifique o que mudou após a proposta em 1998, o que teve um resultado positivo. Falta ainda acompanhamento e instrumentos específicos para tal finalidade.
- Pará:**
- a) Nos auditórios, nas escolas, nos parques
 - b) Grupos de Estudos nas secretarias quando ocorre o planejamento, geralmente no início do ano; no Parque Ambiental toda as 3ª e 5ª feiras as 8 horas, de acordo com a clientela.
 - c) Ao final de cada capacitação. A proposta tem que ter caráter processual e incluir o impacto da EA na comunidade
- Roraima:**
- a) CEFAM
 - b) 40h, no contra-turno, quando a escola solicita – 8h, 16h
 - c) acompanhamento através dos resultados da Agenda Ambiental Escolar.
- Amazonas:**
- a) No Parque do Mindú e Jardim Botânico – área alta com biblioteca
 - b) No início, meio e fim – no contra-turno. Na UNIAMBIENTE fez mais de 100 cursos para professores de 40hs a 80hs com certificação.
 - c) Através de questionários no meio e final dos cursos incluindo a parte prática. Nos encontros para os professores o intercâmbio é muito enriquecedor.

4. Em seu estado, quais os conteúdos abordados na formação continuada de educadores em educação ambiental?

Básico da EA – a partir da 3ª etapa trabalham-se assuntos mais específicos PCN – temas transversais e a 4ª etapa elaboração de ações para sanar dificuldades que os atores identificaram nas escolas.

5. Quais as estratégias de formação de educador em EA que têm melhores impactos na aprendizagem significativa dos participantes? Por quê?

Questões estratégicas: material utilizado – dados geográficos e históricos - , palestras, vivências (relato) e como levar a teoria para a prática do cotidiano transversalmente.

Plenária – GT 1

- **Como a EA é inserida nas escolas/ Política de Formação das SEDUCs:**
 1. Incluída no programa educação básica ou só no fundamental.
 2. Recursos financeiros – parcerias com outras instituições tais como: SMA, ONG's, e universidades.
 3. Ações pontuais – as ações dos parceiros ocorrem separadamente da política de formação das SEDUCs.
- **Impactos positivos alcançados na formação de professores em EA no ensino-aprendizagem:**
 1. mudança da dinâmica do currículo escolar.
 2. mudança de prática pedagógica, articulação das ações.
- **Condições para ocorrerem os impactos positivos:**
 1. quando está incorporada no projeto político pedagógico da escola.
 2. incorporação de conceitos de EA.
 3. inserção das questões locais.
 4. articulação com comunidade escolar e outros professores.
- **Obstáculos para sucesso das ações de formação de professores em EA:**
 1. dificuldade em inserir EA no currículo de modo transversal.
 2. as ações da EA existem, mas não estão inseridas no projeto pedagógico.
 3. dificuldade do professor em se adequar a novas práticas pedagógicas.
 4. descontinuidade dos projetos – relacionado à não existência de projeto político pedagógico – quando existe, não é estruturado e integrado.
 5. a formação do professor em EA é fragmentada.
 6. poucos recursos humanos/ financeiros/ materiais disponíveis nas SEDUCs para política de formação em EA.
 7. dificuldade de acompanhamento e avaliação da prática em EA pelas SEDUCs.
- **Obstáculos a serem destacados:**
 1. Problemas de avaliação nos cursos de EA – dificuldade de indicadores para avaliação – pois inclui valores pessoais. As avaliações são assistemáticas.
 2. Descontinuidade de ações/projetos relacionados ao projeto político pedagógico.
 3. Inserir a transversalidade do tema meio ambiente no currículo.
- **A periodicidade da formação de professores em EA ocorre:**
 1. basicamente durante o ano letivo e freqüentemente fora da escola.
- **Os conteúdos da formação são:**
 1. Conceituais (relativos à temática ambiental)
 2. gestão escolar
 3. informações da realidade de cada comunidade
- **As estratégias na formação do professor**
 1. cursos/ oficinas
 2. sensibilização
 3. construção coletiva da realidade na comunidade escolar

Atividade do módulo 1/VOLUME I

Parâmetros em Ação de Meio Ambiente

5ª à 8ª séries

Destacamos neste capítulo, anotações da vivência dos Parâmetros em Ação de Meio Ambiente que dão uma idéia da dinâmica e do envolvimento dos participantes:

Profa. Antonia Terra
Profa. Sueli A. Furlan

- **Pauta de Trabalho**

⇒ Leitura de início

⇒ Caderno de registro – função

⇒ Módulo 1 – HOMEM-NATUREZA-SOCIEDADE

⇒ Atividade 1 – “As construções sócio-culturais de natureza”

a) Leitura – texto introdução

b) Finalidade do módulo e do Caderno de Registro.

c)Exibição programa de vídeo

d) Debate – previsões

e) Continuação da exibição

f)Questionamentos – 2ª exibição

g) Trabalho em grupo (4 grupos) e apresentação

h) Avaliação/ Caderno de Registro. Avaliação das estratégias

- **Levantamento/previsões**

Módulo 1 – Atividade 1

“As construções sócio-culturais de natureza”

- A maioria detém a maior parte das terras produtivas – desigualdades sociais
- Problemas de dimensões sociais. Econômicas, etc
- Enfrentam os problemas com diferentes atitudes e conhecimentos advindos da própria cultura e outros de “fora”
- Concentração dos meios de produção (exploração e dominação)
- Superpopulação, miséria, alterações climáticas
- Minoria não é atingida
- Atitudes: - construção barragem
- fazendas comunitárias
- Uso de agrotóxicos (menos)

- fé e cantos - culto

- Problemas são “globais”
 - Exaustão do solo
 - Alterações climáticas
 - Concentração urbana/ desemprego
- Relação dominantes e dominados
- Má distribuição de renda
- Acesso à tecnologia
- Privatização dos Recursos
 - Êxodo
 - Desagregação
- Situação comum aos países em desenvolvimento.
- **Previsão pelo grupo, das estratégias utilizadas**

Estratégias Metodológicas

- Leitura com pausas e questionamentos
- Pauta de trabalhos
- Instruções para atividade do módulo 1
- Leitura do texto e explicitação dos objetivos
- Exibição do vídeo com pausa e questionamento inicial – hipóteses
- Exibição completa
- Trabalho em grupo
- Debate em plenária
- Releitura e discussão das estratégias

Momentos

1. Sensibilização
 - Leitura inicial
 - Discussão
2. Teórico-prático
 - Caderno de registro
 - Construção coletiva e individual
 - Melhoria da prática
3. Socialização da prática – explicitação do trabalho com Caderno de Registro do formador
4. Leitura do texto introdutório
5. Exibição do vídeo – 10 min.

6. Exploração da compreensão das imagens com questões.
7. Finalidades – trabalhar os referenciais teóricos que fundamentam as questões.
8. Avaliação
 - precisam ser mais dinâmicas
 - criar as próprias metodologias

- **Avaliações Gerais da atividade proposta pelos Parâmetros de Meio Ambiente**

Embora tenha ficado acordado que os estados farão sugestões por escrito para a proposta dos Parâmetros em Ação de Meio Ambiente, algumas sugestões foram levantadas durante o encontro:

1. Incorporar o texto lido no início da pauta como complementar para o coordenador de grupo.
2. Redimensionar o tempo de duração para atividade, visto que inicialmente haviam sido previstas 3 horas e foram gastas quase 5 horas.
3. Relacionar os recursos propostos pela atividade (texto inicial e vídeo por exemplo).
4. Fazer contraponto com a realidade local.
5. Incluir mais indicações/ informações para o coordenador de grupo.

Encaminhamentos, Compromissos e Avaliação

A plenária final foi prevista para ter 4 horas e assim garantir a discussão das dúvidas e dos encaminhamentos de modo a torná-los mais efetivos e concretos.

Encaminhamentos

1. Fortalecer/ criar Centros de EA nos Estados
2. Sensibilizar dirigentes em EA.
3. Aprofundar as discussões sobre indicadores e avaliação em EA.
4. Sensibilizar em EA, os técnicos e gestores das SEDUCs.
5. Realizar, em 2001, encontro nacional dos representantes estaduais de EA das SEDUCs para discutir as diretrizes da regulamentação da PNEA (fora de Brasília).
6. Realizar encontros regionais dos coordenadores estaduais de EA das SEDUCs.
7. Buscar espaço de participação da discussão da regulamentação da Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA no Conselho Nacional de Educação - CNE.
8. Fortalecimento institucional da EA nas SEDUCs.

Compromissos Assumidos

SEDUCs

1. Enviar sugestões de material e projetos exitosos como contribuição aos Parâmetros em Ação de Meio Ambiente - até dia 28 de dezembro.
2. Enviar sugestões sobre a proposta dos Parâmetros em Ação de Meio Ambiente – até dia 28 de dezembro.
3. Enviar novamente os questionários elaborado pela COEA para o evento, corrigidos após os esclarecimentos feito durante o encontro - até o dia 28 de dezembro.
4. Completar e corrigir as tabelas elaboradas pela COEA - até dia 28 de dezembro.
5. Enviar contribuições para o Clipping Ambiental (divulgado semanalmente pela COEA às SEDUCs e Secretarias do MEC).
6. Promover a sensibilização de técnicos e gestores das SEDUCs em EA.

7. Elaborar moções para o CNE (solicitando urgência no parecer da regulamentação da PNEA) e ao Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação - CONSED (solicitando maior empenho na institucionalização da EA na estrutura das SEDUCs e uma rubrica de financiamento de projetos em EA no FNDE/MEC).
8. Enviar projetos e materiais apresentados pelos estados durante o evento para COEA e para cada um dos estados participantes.
9. Enviar questionário-base elaborado pelos estados para diagnosticar as iniciativas de EA em seus respectivos estados.

MEC

1. Enviar listagem contendo o contato e o endereço dos participantes estaduais e da rede de formadores.
2. Enviar o nome dos estados onde as SEDUCs participam do programa Procel nas escolas.
3. Enviar a publicação do encontro.
4. Sobre a questão da avaliação de EA: enviar a publicação da oficina que a COEA realizou em março de 2000 (em elaboração), promover discussão com especialistas na sala temática do *site* da SEF.
5. Promover reunião com o CONSED e UNDIME para apresentar os Parâmetros em Ação de Meio Ambiente.
6. Continuar distribuindo o Clipping Ambiental.
7. Manter as SEDUCs informadas sobre o andamento da regulamentação da PNEA no CNE.

Avaliação Final

Para este relatório a COEA está avaliando 4 dimensões do Encontro: a avaliação na plenária final, o estado da arte da EA no ensino formal , as questões discutidas e os avanços. Os produtos do encontro são os encaminhamentos definidos na plenária final, que se encontra no item anterior.

1. Avaliações na Plenária :

- Pelos participantes (avaliação realizada na plenária final)

Edileuza Maria Maciel dos Santos Brandão (AL) – “ Os pontos positivos foram maiores que os negativos. Faltou tempo para os participantes passarem suas experiências; reforça um convite, anteriormente feito, de que o próximo encontro seja feito em Maceió.”

Fernando da Costa Ribeiro (AP) – “ O avanço maior foi o fortalecimento institucional; especialmente na discussão sobre a identidade e as características específicas da EA nas escolas – o que há de comum e específico da EA no ensino formal e não formal.”

Maria Hosana Magalhães Viana (CE) – “Um ponto negativo do encontro foi a estrutura da sala que permitiu socializar apenas as costas dos participantes. Sugestão: cadeiras arrumadas de outra maneira; houve dispersão, conversas paralelas. Existe a necessidade das pessoas saberem ouvir; o resultado do encontro foi positivo, também pela história anterior dos cursos já oferecidos pela Coordenação.”

Vera Lucia da Silva Lopes (PA) - “O encontro foi produtivo. Sugestão: houvesse um tempo limite para o trabalho, com tempo para lazer e cultura.”

Clara Lucia Ramalho de Carvalho (PB) – “O encontro nos fortaleceu bastante; havia necessidade de mais tempo para os participantes mostrarem seus trabalhos; as pessoas gostam de ser ouvidas com carinho, por isso é necessário que se respeite o prazo para as inscrições dos trabalhos ou a pauta precisa sofrer adequações.”

Nilton Gomes da Silva (PE) – “A COEA foi feliz ao resgatar os mais próximos do MEC (as SEDUCs), trazendo as políticas para discussão. O encontro teve um aspecto positivo que foi o de estabelecermos prazos e darmos continuidade de trabalho e envio de material. Parabéns pela forma como o material foi organizado e sistematizado. Ficaria mais fácil para os participantes responderem e para a COEA sistematizar, se os questionários contivessem questões mais objetivas e menos abertas. O encontro precisaria de mais tempo, isto é, uma ampliação de carga horária prevendo-se contratempos. Seria interessante que os encontros articulassem teoria e prática, com a inclusão de novos espaços para a realização de atividades, evitando-se o confinamento no hotel. “

Ana Paula Mendonça de Moraes (MS) – “Faltou entremear algumas dinâmicas para quebrar a rotina do trabalho, para que houvesse possibilidade de um relaxamento; talvez, num próximo encontro, cada estado pudesse trazer uma dinâmica para ser aplicada. “

Luiza Helena Rodrigues (MT) – Parabeniza a COEA pelo evento. Foi a primeira vez que participou de um encontro desta natureza. Foi muito rico e é o início de um trabalho.

Milton Esmério (RS) – “ Avalio que o encontro foi muito bom; o próximo pode melhorar com dinâmicas de integração, espaços para lazer e cultura. O próximo encontro pode ser em outros locais para que se possam conhecer experiências interessantes que foram aqui relatadas. A dinâmica deveria incluir pequenos grupos de trabalho com menos espaços para plenárias. É preciso prever mais tempo para contemplar os contratempos que surgem e os ajustes de pauta.

Maria de Lourdes Nogueira (RN) – “Acho que o encontro foi bom e que a acalmou porque a fez perceber que os problemas dela são na verdade nacionais.”

Maike Cristine Kretschmar Ricci (SC) – “O encontro foi extremamente produtivo, pelos documentos produzidos, saíram duas moções. Vamos avançar e produzir muito. Gostei de ter conhecido a COEA na sua nova gestão, que eu ainda não tinha tido a oportunidade de conhecer. “

Elizabete Azevedo de Oliveira (SE) – “ Parabeniza a COEA pelo evento; reconhece a dificuldade da tarefa e agradece o encontro. “

Marlene Gardel (SP) – “Gostaria de queria parabenizar o COEA e sua equipe, a organização do evento foi excelente; o encontro foi muito satisfatório; ninguém consegue trabalhar mais do que 6 horas(com as noites livres), por isso podemos dizer que todos estavam envolvidos e querendo conhecer o trabalho dos colegas.”

- Pela Coordenação-Geral de Educação Ambiental

A COEA considerou muito bom os resultados do encontro, e que as metas pretendidas ultrapassaram as expectativas. O encontro teve organização e agilidade para solucionar os problemas surgidos e as propostas encaminhadas. A presença de praticamente todos os estados (exceção do Maranhão e Rondônia) conferiu legitimidade ao encontro.

A participação de todos os representantes foi intensa nas discussões do GT, na plenária e nas apresentações dos trabalhos.

As discussões propostas e a dinâmica conduziram à reflexões importantes sobre a EA no ensino formal, particularmente sobre sua especificidade e o papel das SEDUCs na formação de educadores em EA , na prática da EA nas escolas e na institucionalização da mesma.

2. Do Estado da Arte da EA no Ensino Formal:

O Encontro *Educação Ambiental: Encontro Nacional das Secretarias Estaduais de Educação* e os questionários respondidos pelos representantes de EA das SEDUCs demonstrou que a situação da EA nos sistemas de ensino mudou muito pouco desde os cursos oferecidos pelo MEC até 98, principalmente no que diz respeito à – a) inserção da EA nos currículos; b) o estabelecimento de relações entre as diferentes áreas curriculares e entre estas e a questão ambiental e c) todo elenco de dificuldades para a prática efetiva da EA: falta de informações sobre conteúdos de meio ambiente e de materiais didáticos sobre o tema; escassez de recursos financeiros e humanos nas SEDUCs para implementação de propostas; falta de divulgação dos trabalhos desenvolvidos na área; limitações dos sistemas e dos professores para o trabalho interdisciplinar e transversal. O único ponto que de fato mudou foi o aspecto relacionado às políticas nacionais e legislações associadas, consequência da promulgação da PNEA.

Já em março de 2000, na “ Oficina Panorama da EA no Brasil” (28 e 29 de março), a COEA levantava a dificuldade dos professores de elaborarem e implementarem projetos e colocou em pauta algumas discussões que também estiveram presentes neste encontro: o professor tem dificuldade de elaborar e implantar projetos de EA? Porquê?

Os projetos têm resultados eficientes? É um processo permanente? Como estão articulados com a rotina da escola?

As discussões e a apresentação dos trabalhos dos estados deixou muito claro que os professores ainda não estão suficientemente preparados para a prática da EA, tanto no que se refere à dificuldade de acesso às informações quanto à inserção do tema nos currículos e nos projetos educativos das escolas. Em relação às SEDUCs o encontro demonstrou que embora estejam preocupadas em construir políticas públicas neste sentido, a EA ainda não tem reconhecida sua importância ou preocupação e as condições de trabalho ainda estão muito comprometidas em função da ausência de uma estrutura institucional mínima.

Muitas SEDUCs estão realizando diagnósticos dos projetos de EA realizados nas escolas, em função das propostas das Comissões Interinstitucionais articuladas pelo MMA. Esta iniciativa é muito importante para termos conhecimento do estado da arte da EA e seus avanços nos sistemas de ensino estaduais. Uma das propostas da COEA é a montagem de um banco de dados sobre projetos para delinear um diagnóstico nacional dos projetos de EA nas escolas. Esta é uma proposta antiga da coordenação que pode ser alimentada pelas iniciativas dos estados.

3. Das questões discutidas

A COEA objetivou realizar um Encontro que propiciassem a definição de diretrizes para a elaboração de políticas públicas de EA no ensino formal contextualizadas nas políticas educacionais, afim de garantir a inserção da temática ambiental de forma transversal, uma vez que a mesma não é nível, não é modalidade, não é disciplina.

A. Quanto à integração das ações do governo federal:

Apontou-se a necessidade de integração das ações em EA ofertadas pelo Governo Federal. Avaliou-se que embora sejam fundamentais ações integradas dos diferentes órgãos de governo e que o Órgão Gestor previsto na regulamentação da PNEA pode ser uma alternativa, os sistemas de ensino e as escolas são, pela LDB, autônomas em suas opções. O que tem acontecido é que como os sistemas de ensino têm poucas iniciativas em EA, acabam por estabelecer parcerias que, se por um lado oferecem recursos materiais, por outro estabelecem desigualdade nas definições, critérios e objetivos dos projetos, os quais freqüentemente não se integram ao contexto escolar.

B. Quanto à institucionalização da EA nos sistema de ensino estadual

Uma das discussões presentes, que definiram encaminhamentos e avanços do Encontro, foi sobre pensar a EA no contexto das políticas de educação e da realidade dos sistemas de ensino. São Paulo, por exemplo, apontou que as SEDUCs tem problemas de recursos humanos em geral e não só em EA. Apontou também que a formação continuada dos educadores têm uma série de problemas que não são exclusivo da EA. Avaliou-se que a escola apresenta uma série de questões que devem ser pensadas como um todo.

Apesar de todos concordarem que a EA não deve ser encarada como algo separado do contexto geral da educação, levantou-se que ela não recebe tratamento igualitário no sistema de ensino estadual. A EA deve ser entendida como uma dimensão que permeia

as diferentes áreas curriculares das modalidades e níveis. Avaliou-se que a EA, enquanto temática, deve ser reconhecida e tão importante quanto as áreas curriculares.

O fórum foi considerado legítimo e, por este motivo, uma oportunidade para encaminhar algumas propostas para o CONSED e o CNE afim de fortalecer a EA no sistema estadual de ensino. Avaliou-se a importância das SEDUCs terem um setor específico para a EA, com estrutura mínima, para incentivar e acompanhar a EA nas escolas.

Os representantes têm proposto freqüentemente nas suas SEDUCs que a EA deveria ser também contemplada pelo ensino médio, além do fundamental. O fato do MEC estar propondo trabalhos e políticas para a EA apenas no ensino fundamental tem repercutido negativamente nas SEDUCs. Inspirados na postura do MEC, algumas SEDUCs têm se eximido da responsabilidade de trabalhar a EA no ensino médio.

C. Quanto à política de formação de educadores em EA:

Os participantes apontaram a importância de se discutir a formação inicial nos cursos de graduação, que é considerada hoje em dia muito fragmentada e não contempla sistematicamente a EA. Consideraram importante garantir a formação inicial de professores preparados para a prática da EA nas escolas e conseqüentemente aliviar a sobrecarga das SEDUCs para a formação continuada em EA dos professores.

Para efetivar a política de formação em EA das SEDUCs considerou-se fundamental a construção da autonomia das escolas e a sensibilização dos gestores do sistema de ensino. Para isso, apontou-se como condicionante a elaboração dos projetos educativos, que por sua vez propiciam a interação escola/comunidade e viabilizam a prática da transversalidade. Avaliou-se que os projetos pontuais são contraditórios com a proposta da EA e que seus resultados, em geral, não são eficientes. Para a construção efetiva de um projeto educativo integrado e participativo, avaliou-se a necessidade de contemplar a agenda escolar no mesmo e formar os gestores das escolas. Chegou-se a conclusão que são os professores que podem garantir a continuidade dos projetos de EA e por isto mesmo a importância de sua formação.

D. Quanto à avaliação em EA

Foram apontados como uma das lacunas para efetivar as ações de EA a dificuldade de avaliar e de acompanhar sistematicamente os projetos de EA pela SEDUCs. A dificuldade em relação à avaliação acontece pela ausência de instrumentos. Foi consenso que a mesma deve ser processual. A discussão sobre avaliação é fundamental para assegurar a eficiência das ações em EA e seu crescimento qualitativo contínuo.

E. Quanto à discussão com os multiplicadores.

A conversa com os multiplicadores foi muito produtiva. Destacou-se a validade dos cursos oferecidos pelo MEC no período de 1996 a 1998, visto que, hoje em dia, 50% dos representantes institucionais em EA das SEDUCs são multiplicadores formados pelo MEC. Fizemos uma avaliação dos cursos como um todo e houve unanimidade em apontar a necessidade de sensibilizar/formar os gestores das SEDUCs em EA. Por sua trajetória, os multiplicadores são nossos parceiros privilegiados para a implementação da EA e na política de formação continuada do MEC. Todos reclamaram da publicação do PROPACC ter sido executada por uma editora, e não pelo MEC, e de não serem

contemplados com créditos ou agradecimentos. A COEA ficou de dar retorno sobre este assunto quando obtivermos alguma sugestão de encaminhamento da UNESCO e da Assessoria Jurídica do MEC. Os multiplicadores apontaram o reconhecimento do esforço da COEA em dar continuidade institucional em suas ações .

F. Quanto ao Programa Parâmetros em Ação de Meio Ambiente

A COEA divulgou a proposta preliminar do Programa Parâmetros em Ação de Meio Ambiente a qual foi bem recebida. A proposta do programa ,entre outras coisas, visa formar integralmente todos os professores e não apenas aqueles interessados na temática ambiental. Os estados solicitaram um mês para avaliar a proposta. Santa Catarina e São Paulo avaliam que não precisam aderir ao programa Parâmetros Curriculares Nacionais por já terem propostas curriculares .

A ampliação da discussão em torno da formação dos professores e a aplicação das atividade dos Parâmetros permitiu a comparação entre a proposta da COEA para formação continuada de educadores em EA e a forma como as diferentes capacitações em EA ocorrem hoje nas SEDUCs. A vivência dos Parâmetros gerou reflexões importantes para o amadurecimento da sua proposta.

4. Avanços

A COEA avalia que os resultados do Encontro trouxeram avanços importantes para a implementação da EA nas escolas. As propostas da COEA são coerentes com os avanços apontados. Destacamos alguns pontos:

A) A relação MEC/ SEDUCs se fortaleceu. As pessoas puderam conhecer a estrutura atual da COEA e suas proposta, conversar sobre seus trabalhos, dificuldades e espaço institucional que ocupam, demonstrando vontade, interesse e disponibilidade para a continuidade deste processo de articulação e parceria. As moções tiradas na plenária final, que serão encaminhadas pelos participantes ao CONSED e ao CNE reforçou possibilidades de ampliar o espaço da EA nas SEDUCs. O momento propiciou o fortalecimento das parcerias entre os estados e o MEC. Também ficou claro para todos, e os produtos demostram isto, que para o fortalecimento da EA no sistema de ensino estadual, é necessário articular a política entre os estados e destes com a COEA. Para isto é importante a explicitação das demandas das SEDUCs à COEA/MEC e o apoio institucional desta às secretarias.

B) Outro avanço importante foi a reflexão sobre a especificidade e identidade da EA no ensino formal. Este talvez seja um passo importante para que as SEDUCs amadureçam a idéia de que para terem sucesso no seu papel de formação de professores em EA é necessária a sua contextualização na política de formação da instituição. Apontou-se também que o fortalecimento institucional é fundamental para a construção da EA no ensino formal e para o estabelecimento de parcerias para projetos de EA nas escolas noutros termos que os atuais. A moção das SEDUCs para o CONSED foi pensada neste sentido.

C) Fortalecimento das relações entre as SEDUCs. Cada representante de SEDUC pode perceber que a situação institucional da EA difere pouco entre os diferentes estados da federação, com raras exceções. A troca de experiências foi muito rica, os estados puderam com isto se alimentar de alternativas e possibilidades da prática da EA. O

mesmo ocorreu com os materiais trazidos pelos estados, disponibilizado para todos e que cada um pretende compartilhar na sua rede. Ocorreu também integração regional nas discussões em grupos, onde houve percepção da identidade regional para a realidade das ações de EA nas SEDUCs. Desta percepção resultou a proposta de realização dos encontros regionais de representantes de EA das SEDUCs.

A integração também pode ser percebida no desejo de se formar uma rede dos representantes de EA das SEDUCs. Como embrião da rede o “*Clipping Ambiental COEA*” e o site da SEF foram considerados os instrumentos adequados de comunicação. E para não perder esta integração, a plenária final avaliou a necessidade de garantir ao menos um Encontro Nacional dos representantes de EA das SEDUCs em 2001, priorizando como pauta a discussão das diretrizes da regulamentação da Política Nacional de Educação Ambiental. A intenção é garantir a participação mais efetiva das SEDUCs na discussões da PNEA e sua implementação. A moção proposta ao CNE, um dos produtos do seminário, caminha neste sentido.

-